



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

PROJETO DE LEI Nº 193/2025

PROPONENTE: Deputada Joana Darc

RELATOR: Deputado Rozenha

“Altera a Lei nº 5.069, de 2 de janeiro de 2020 que: DISPÕE sobre a disponibilização por locadoras de veículos, de cadeirinha auxiliar e assento elevado”.

RELATÓRIO:

A Deputada Joana Darc apresentou o Projeto de nº 193/25, que que especifica altera a Lei nº 5.069, de 2 de janeiro de 2020 que dispõe sobre a disponibilização por locadoras de veículos, de cadeirinha auxiliar e assento elevado.

A justificativa do referido projeto encontra-se anexa.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados para Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I, alínea “a” c/c Art. 127, §1º, inc. III, do Regimento Interno com parecer favorável.

Posteriormente, os autos vieram conclusos para esta Comissão de Assuntos Econômicos.

É o relatório, passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO:

A Parlamentar explana que a proposição tem por objetivo alterar o Projeto de Lei de nº 193/2025, na forma que especifica, a Lei nº 5.069, de 2 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a disponibilização por locadoras de veículos, de cadeirinha auxiliar e assento elevado.

Relata que o Código de Trânsito Brasileiro regulamentada pela Resolução nº 819/2021 do CONTRAN, faz exigência que todos os passageiros com menos de 10 anos e que ainda não tenham atingido 1,45m, devem ser transportados no banco traseiro do veículo, utilizando cinto de segurança, em dispositivo de retenção adequado para a sua idade, peso e altura.

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950, 3º Andar
Parque 10 de Novembro, Manaus-AM
CEP: 69.050-030





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

Destaca sobre a obrigatoriedade da disponibilização de cadeirinhas auxiliares e assentos elevados pelas locadoras é uma medida essencial para proteger a integridade física das crianças que são transportadas em seus veículos. Ademais, a divulgação da oferta desses equipamentos em local visível nas dependências das locadoras é de grande relevância, uma vez que possibilita aos locatários conhecerem a disponibilidade desses dispositivos de segurança e incentivarem seu uso.

Quanto à competência para legislar sobre esta matéria, dispõe o art. 24, inc. XV da Constituição Federal que os Estados podem legislar concorrentemente com os demais membros da federação sobre proteção à infância e à juventude e em sintonia a Constituição Estadual estabelece em seu art.18, inc. XV que compete ao Estado legislar sobre a matéria da presente propositura.

Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei das diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em seu art. 27, inciso II, alínea "b", que estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária financeira.

Além disso, a iniciativa está alinhada com a legislação vigente e não apresenta vícios de constitucionalidade ou legalidade, sendo compatível com o princípio da moralidade administrativa e com os objetivos da administração pública.

Considerando o objeto deste projeto, a proposição não conflita com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

VOTO:

Diante do exposto, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 193/2025, no qual altera, na forma que especifica, a Lei nº 5.069, de 2 de janeiro de 2020. Assim, por não haver nenhum óbice legal quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei das diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em seu art. 27, inciso II, alínea "b".

Sala da Comissão de Assuntos Econômicos da Assembleia Legislativa do Estado, em Manaus, 20 de outubro de 2025.

DEPUTADO ROZENHA
RELATOR

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3950, 3º Andar
Parque 10 de Novembro, Manaus-AM
CEP: 69.050-030





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

EDNAILSON LEITE ROZENHA - DEPUTADO(A) - EM 20/10/2025 11:56:50

